

AS REPRESENTAÇÕES DA ESPARTA CLÁSSICA NOS SÉCULOS XIX E XX

Luis Filipe B. de Assumpção¹

Resumo: Dentre as inúmeras sociedades que existiram nas imediações do Mediterrâneo Antigo, Esparta foi uma das que mais chamaram a atenção dos autores antigos. No entanto, devido as suas especificidades, a pólis espartana foi *representada* de variadas maneiras, que enfatizaram, de um lado, como os cidadãos valorizaram a tradição ancestral ou, de outro, a ideia de uma sociedade baseada em excessos e demasiadamente belicosa. Dessa maneira, esse trabalho pretende destacar como as *representações* de Esparta que se tornaram comuns no pensamento de grande parte do Ocidente foram o resultado de um contexto histórico específico, cuja análise aprofundada pode fornecer indícios das motivações modernas para a *disforização* dos valores espartanos da Antiguidade, que se encontram presentes nos livros didáticos de história do sistema de ensino brasileiro.

Palavras Chave: Antiguidade; Esparta; representação; história; livros didáticos.

Abstract: Among the many societies existed in the vicinity of the Ancient Mediterranean, Sparta was one of the most that impressed the ancient authors. However, due to its specificities, the spartan polis was represented in different ways, which emphasized, on the one hand, how its citizens valued the ancestral tradition and, the other hand, an idea of society based on excesses and overly combative. Thus, this work aims to highlight as the *representations* of Sparta that, based upon too-sedimented ways of thinking in the major part of the Western world, were resulted from a specific historical context, whose in-depth analysis may provide us evidences upon the modern motivations related to *dysphorization* of the spartans values of Antiquity, that are present in the Brazilian history textbooks.

Keywords: Antiquity; Sparta; representation; history; textbooks.

O Mundo Antigo ainda continua causando fascínio e curiosidade entre os alunos do sistema de ensino brasileiro. Podemos afirmar que a “mitologia”, com as suas estórias fantásticas e seus elementos moralizantes são admirados pelos jovens, haja vista a *representação* de personagens sobre humanos que através de suas virtudes, alcançam os seus objetivos e por meio de um sacrifício necessário. Em uma sociedade

¹Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pesquisador do Núcleo de Estudos da Antiguidade. Graduação em História pelas Faculdades Integradas Simonsen.

dita “racional” e “laicizada” esses aspectos acabam sendo um atrativo para os alunos, os quais são levados a pensar que a “superioridade moderna” nos isenta deste *modo de pensamento* particular e “extravagante”.

No que concerne a “Grécia”, os alunos com uma faixa etária mais avançada são levados a considerarem os “gregos” como os fundadores da filosofia e da democracia, que associadas à liberdade de pensamento permitiram que esses sujeitos alcançassem o “ápice” da consciência humana. Atrelada a essa perspectiva podemos destacar ainda as imagens que se desenvolveram sobre a arquitetura, o teatro e, por vezes, a guerra que esses “homens antigos” promoveram, mesmo que não fossem adequados para as pretensões político-econômicas “modernas”².

Ainda que tais assertivas pareçam extremadas, elas nos chamam a atenção para a maneira pela qual, por vezes, a Antiguidade foi *representada* junto às instituições de ensino. De fato, em virtude dos interesses profissionais de grande parte de nossa população, independentemente das variadas condições socioeconômicas, o Mundo Antigo acaba sendo minimizado em prol de disciplinas de “maior interesse” político. Com isso, a Antiguidade Clássica lida com

² Podemos citar aqui os estudos de Kostas Vlassopoulos, o qual se refere ao caso de Nicolau Maquiavel e o fato deste pensador moderno elogiar as práticas políticas dos homens da Antiguidade. No entanto, o mesmo enfatizou que as especificidades de cada temporalidade não permitem que as mesmas sejam aplicadas na modernidade (VLASSOPOULOS, 2012, pp. 58-59). De forma semelhante, Marcel Detienne expôs que o passado greco-romano integrou um processo de construção de uma ancestralidade do mundo ocidental, sendo considerado como matrizes para a legitimação da identidade político-cultural da modernidade (DETIENNE, 2008: 07). Por sua vez, Carlos Eduardo da Costa Campos demonstrou, a partir das análises de Martin Bernal, que as análises elaboradas sobre o mundo clássico, no decorrer dos séculos XIX e XX, tiveram a função de legitimar o modelo de “civilização europeia” (CAMPOS, 2012: 14).

generalismos pautados em escolhas político-culturais, as quais visam fomentar uma imagem estática e delimitada da cultura clássica.

Contudo, os elementos por nós elencados e relacionados ao Mundo Antigo se mantiveram atrelados a uma tendência “Atenocêntrica”, cujos feitos foram tomados por um grupo de pensadores modernos no intuito de suscitar uma “identidade” ocidental, pautada nos feitos da Atenas Clássica. Como chamou a atenção Volker Losemann, não somente os intelectuais modernos, mas também os pensadores antigos organizaram as suas *representações* da sociedade espartana com base em padrões antitéticos de percepção organizados a partir do contraponto que se estabeleceu entre Atenas e Esparta (LOSEMANN, 2010, p. 223).

Sendo assim, verificamos que o modo como a *pólis*³ espartana foi modernamente *representada* acabou lidando com os interesses e as escolhas dos profissionais da História, que ao fundamentarem as suas análises nos *discursos* oriundos da documentação tomaram Esparta como um ideal oposto ao da Atenas clássica.

Ao relacionarmos essa perspectiva com o ensino de História verificamos que as tendências políticas, sociais, econômicas e culturais que consolidaram uma *representação* de Esparta como uma *pólis* bélica, agrária e arcaica – para os padrões atenienses – objetivavam legitimar um ideal moderno vinculado a liberdade de expressão, ao progresso industrial e ao capitalismo, sobretudo no século XIX. Como nos pontuou

³ O conceito de *pólis* pode ser determinado através da relação entre o espaço físico, que envolve a área urbana (*asty*) e a rural (*khora*) ocupadas por uma sociedade, e a interação de caráter cultural, político, econômico, religioso e militar que esses indivíduos desempenhavam em seu meio social. O termo *póleis* (*πόλεις*) corresponde ao plural de *pólis* (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 167).

Oswyn Murray, um dos principais expoentes desta tendência entre os ingleses seria Edward Bulwer Lytton. Em sua obra intitulada “*Athens – Its Rise and Fall*” (1837), Lytton defendeu que embora Esparta tivesse se fundamentado em um regime político de caráter republicano, a mesma não pôde realizar o princípio da liberdade típico da democracia, pois os seus cidadãos eram autoritários e individualistas. Para Edward Lytton os homens espartanos não agiam por conta própria e estavam submetidos a atividades “obscuras”, haja vista a manutenção de sua tradição e de suas bases econômicas fundamentadas na escravidão (MURRAY, 2002, pp. 383-384).

Dentre os intelectuais franceses a figura de Numa Denis Fustel de Coulanges foi uma das mais influentes na *representação* de Esparta como uma sociedade de excessos. Convergindo com os estudos de Paul Christesen, no período da Revolução Francesa de 1789 teria se difundido as ideias de Jean-Jacques Rousseau, as quais consideravam que em Esparta teria ocorrido uma divisão igualitária de terras. Em meio aos debates reformistas de 1793, a sociedade espartana foi *representada* como fundamentada em moldes sociais igualitários. Nos dizeres de Christesen, Maximilien de Robespierre chegou a considerar Esparta como uma sociedade que havia desenvolvido o bem estar de seu cidadãos, os quais desfrutavam de tudo o que era produzido em sua *pólis* (CHRISTESEN, 2012, p. 181).

Após a revolução, parte dos pensadores socialistas franceses tomaram o *discurso* e as *representações* que Xenofonte e Plutarco construíram de Esparta, para defenderem que nesta sociedade havia a

divisão igualitária de terras (Idem, pp. 181-183). Como esclareceu Christesen, Fustel de Coulanges seria avesso às ideias socialistas e àquelas que se mantinham a favor da Revolução de 1789, sendo este um dos elementos determinantes para as suas *representações* das sociedades do Mediterrâneo Antigo (Idem, pp. 189-191). Conjeturando a partir dos estudos de François Hartog, Fustel de Coulanges desprezava as ideias políticas de Jean-Jacques Rousseau, e como este último era adepto dos valores sociais espartanos, a *representação* que Coulanges desenvolveu de Esparta pretendia, em certa medida, refutar o pensamento de Rousseau (HARTOG, 2003, pp. 44-46).

Dialogando com Ian Macgregor Morris, tornou-se predominante entre pensadores ingleses e franceses do século XIX, cujo intuito seria demonstrar que a “inércia” política e econômica de Esparta não correspondia aos ideais da Europa moderna (MACGREGOR MORRIS, 2004, p. 347). Por sua vez, tais intelectuais passaram a *representar* que a Atenas do período clássico foi capaz de alcançar poder e autoridade frente às demais sociedades do Mar Egeu mediante o desenvolvimento marítimo e comercial que empreendeu. Atrelado a tais fatores, o sucesso político ateniense teria sido oriundo da liberdade de pensamento junto às deliberações da *pólis* (Idem, p. 348). Ao relacionarmos o contexto histórico da Inglaterra e da França no decorrer do século XIX, podemos afirmar que as *representações* cunhadas sobre a *pólis* de Esparta almejavam por legitimar os interesses políticos da modernidade europeia. Logo, entre as sociedades que partilhavam de uma política imperialista de expansão político-territorial, as práticas econômicas da Atenas clássica

correspondiam aos interesses europeus modernos, o que tornaria aceitável a *disforização*⁴ de Esparta.

Para ampliarmos as nossas considerações podemos interagir com os pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu. O referido sociólogo expôs que as condições sociais em que um sujeito se encontra inserido fornece as condições de produção e circulação de seu *discurso*. Desta maneira, Bourdieu enfatizou que somente podemos compreender o sentido que um *discurso* objetiva por transmitir ao relacioná-lo com as informações oriundas do contexto histórico em que foi produzido. Com isso, podemos afirmar que um *discurso* apenas poderá ser compreendido na sua “plenitude” caso o locutor e o seu interlocutor partilhem dos mesmos valores político-culturais (BOURDIEU, 1983, pp. 158-159). Sendo assim, um *discurso* pode ser compreendido como um elemento de poder político, pois não são todos os sujeitos que “podem falar” e nem todos aqueles que “podem escutá-lo”. Logo, o *discurso* apenas se torna eficaz mediante a autoridade da pessoa que o enuncia e da instituição que o permite ser proferido. Todavia, para que um *discurso* tenha a capacidade de exercer poder, o mesmo deve ser reconhecido e legitimado pelo grupo social em que foi produzido e pronunciado.

Por sua vez, devemos nos atentar que ao tecermos comentários sobre um dado objeto de análise o *discurso* é organizado de tal maneira que corresponda aos nossos interesses. Deste modo, a imagem que

⁴ Algirdas Greimas e Joseph Courtés esclareceram que o ato de disforizar reside na valorização de um microuniverso semântico, cujo propósito seria desqualificar *práticas políticas, culturais e sociais* de um dado grupo de sujeitos (GREIMAS; COURTES, 1987, p. 130).

elaboramos daquilo que falamos nada mais seria que uma *representação* do mesmo. Embora a *representação* partilhe de elementos associados a sua matriz referencial, esta se encontra submetida à maneira pela qual o *discurso* foi construído, bem como a sua finalidade. Pierre Bourdieu definiu as *representações* como imagens que construímos acerca de um sujeito, de um grupo e/ou de um objeto, com o intuito de interpretar/explicar os costumes e as tendências político-culturais que são desempenhadas e partilhadas em um meio social. Todavia, as *representações* as quais desenvolvemos em uma sociedade não são neutras e correspondem aos interesses dos grupos sociais que as elaboram (BOURDIEU, 2009, p. 46).

Ao adaptarmos esse arcabouço teórico à nossa proposta, verificamos que a *pólis* de Esparta foi *representada* pelo *discurso* de parte dos pensadores franceses e ingleses do século XIX, cujo intuito seria demonstrar o quanto que as práticas político-culturais espartanas não se adequavam aos interesses modernos. Em virtude da tentativa de se consolidar uma “identidade ocidental” – a qual já vinha ocorrendo desde o Renascimento – os intelectuais do século XIX tomaram a sociedade de Atenas para legitimar os seus pressupostos imperialistas, tornando Esparta uma *pólis* inadequada para e estagnada para alguns grupos de pensadores modernos. Como o *discurso* pode ser compreendido como um mecanismo, o qual é voltado para a difusão e a consolidação do *poder político*, verificamos que a influência político-cultural que a França e a Inglaterra desempenharam sobre grande parte do Ocidente acabou

alicerçando no pensamento moderno a *representação* de que os espartanos eram rústicos, violentos e atrasados.

Seguindo por esse viés, a influência que os trabalhos acadêmicos franceses e ingleses tiveram para com as instituições de ensino superior brasileiras fizeram com que o *discurso* oriundo dessas duas tendências institucionais fosse interiorizado pelos nossos profissionais. Logo, no que concerne Esparta podemos sugerir que a sua *representação* convencional foi formulada a partir dos interesses intelectuais da França e da Inglaterra, cujas práticas político-econômicas passaram a se relacionar o modelo de sociedade ateniense do período clássico no intuito de materializar uma identidade ocidental pautada no desenvolvimento comercial, cultural e econômico da modernidade.

Esta perspectiva se fortaleceu, sobretudo, entre os séculos XIX e o XX quando a Prússia e posteriormente a Alemanha tomaram Esparta como modelo de conduta política, militar e educacional. Como indicou Volker Losemann, entre a guerra Franco-Prussiana e a Primeira e Segunda Guerra Mundiais, os políticos e intelectuais de matriz germânica se apropriaram e elaboraram representações da sociedade espartana, as quais pretendiam legitimar um projeto de reforma político-social fundamentado em perspectivas raciais. Nesse contexto, parte dos pensadores germânicos deste período fomentaram *discursos* acerca da proeminência do “modelo espartano” de dominação política e militar, que se fundamentava no processo de formação dos jovens, na “raça” e na manutenção do território ancestral (LOSEMANN, 2012, pp. 253-254). Reiterando o que foi exposto, podemos notar que a aproximação da

Prússia com os valores político-culturais da Esparta clássica fizera com que os inimigos da sociedade prussiana *representassem* a *pólis* espartana como um ideal a ser combatido, em prol dos interesses da Inglaterra e, sobretudo, da França. Não podemos deixar de comentar a derrota francesa para os guerreiros da Prússia, a qual fomentou a rivalidade entre estas duas sociedades. Com isso, a aproximação que parte dos intelectuais prussianos faziam com as representações de Esparta, levaram franceses e ingleses a cunharem um discurso de combate aos valores espartanos, os quais *representavam* uma oposição diretamente ao fortalecimento do então Império Germânico.

Com a emergência do partido nazista junto ao poder político da Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial, parte dos pressupostos defendidos pelos intelectuais germânicos do século XIX foi retomado. Ao vincularem a matriz cultural dos antigos helenos com a dos povos germânicos, os nazistas construíram uma base identitária entre os seus membros, o que permitia a legitimação de todo um conjunto de *discursos* e práticas político-culturais. Nos dizeres de Volker Losemann as *representações* oriundas da Antiguidade serviram de suporte para que os nazistas estruturassem parte da sua conduta com base na tradição de Esparta. Dessa maneira, Adolf Hitler teria se remetido a Roma e Esparta como sociedades antigas que poderiam fornecer a Alemanha a “condição arcaica para a unidade racial, com base em uma sociedade agrária” (LOSEMANN, 2012: 273). Dialogando com Stephen Hodkinson, este afirmou que a Segunda Guerra Mundial e as apropriações que o partido nazista fez das *representações* de Esparta levaram a historiografia do

século XX a difundir uma imagem dos espartanos como membros de uma sociedade estritamente belicosa.

Sendo assim, tornou-se comum entre os intelectuais socialistas e liberais do Reino Unido *representarem* a Grã-Bretanha como o equivalente da Atenas democrática e a Alemanha como Esparta. Tal *representação* influenciou o modo pelo qual os valores espartanos foram *representados* na Europa do pós-guerra (HODKINSON, 2006, pp. 112-113).

Interagindo com a perspectiva apresentada, observamos que a tendência historiográfica ocidental que, por vezes, *representou* a *pólis* de Esparta como dotada de excessos socioculturais esteve diretamente associada ao contexto histórico social europeu entre os séculos XIX e XX. Com isso, podemos afirmar que as sociedades helênicas/gregas foram utilizadas pelos intelectuais modernos como mecanismos voltados para a legitimação de pressupostos políticos, sociais, culturais e econômicos junto a determinadas comunidades europeias. Contudo, devido a diversidade das *pólis* que havia na região do Mar Mediterrâneo, os pensadores da modernidade se utilizaram daquelas cujos indícios detinham maior abundância, ou seja, Atenas e Esparta. Seguindo pelo viés do *discurso* e da *representação* podemos enfatizar que os mesmos se modificam conforme os interesses dos grupos sociais em questão e do contexto histórico em que foram empregados. Logo, o elogio que a Inglaterra e a França desenvolveram sobre os feitos da Atenas clássica – seja pelo desenvolvimento econômico, pela influência política sobre outras regiões, pela filosofia, o teatro e a liberdade de expressão –

pretendia endossar a conduta político-militar imperialista que os governos britânico e francês desempenhavam com as outras sociedades do globo.

Entretanto, como o passado pode fornecer elementos para a consolidação de uma dada identidade cultural, a conduta da Esparta clássica – tal como foi transmitida pelos indícios documentais – não correspondia aos interesses expansionistas de algumas sociedades modernas. Por sua vez, tal como a Prússia e posteriormente a Alemanha se valeram das *representações* de Esparta para ratificarem as suas pretensões político-culturais. Sendo assim, com a ampliação do poder político do Império da Prússia e depois da Alemanha nazista, a *pólis* de Esparta passou a *representar* um ideal a ser combatido pelas outras potências europeias.

Com a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, foi formulado um discurso ideológico, o qual demonstrava o quanto os valores culturais espartanos eram inadequados para a modernidade. Tais aspectos se refletem, em certa medida, até os nossos dias. Podemos materializar nossos apontamentos com o fato de grande parte da historiografia do século XX, que versava sobre Antiguidade clássica, se remeter a Esparta em situações específicas e, em boa parte das circunstâncias, um contraponto a Atenas. Nesse contexto, a Atenas clássica tornou-se sinônimo da Antiguidade Grega, fazendo com que as demais *pólis* do

Mediterrâneo fossem meras anomalias territoriais frente à magnitude da Ática⁵.

Como nos chamou a atenção a Prof.^a Maria Aparecida de Oliveira Silva essa situação também se reflete nos livros didáticos. Segundo Silva, tais autores se dedicam exaustivamente a ressaltar o desenvolvimento e a cultura de Atenas. Do mesmo modo, os responsáveis por formularem livros didáticos se utilizam de documentos literários específicos para demonstrarem o quanto a sociedade espartana detinha instituições políticas antiquadas, fazendo com que os habitantes de Esparta preferissem uma vida simples e militar (SILVA, 2008, p. 92).

Com base na assertiva de Maria Aparecida Silva, e interagindo com as considerações aqui apresentadas, podemos concluir que a maneira pela qual Esparta foi *representada* no decorrer do século XX esteve diretamente influenciada pelas transformações político-sociais que a Europa vivenciou, a partir do XIX. Nesse contexto, imersos em uma perspectiva semelhante a da “história tradicional”, a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial levou os vencedores a escreverem os seus feitos como hegemônicos, bem como as suas escolhas políticas, sociais, econômicas e culturais. Sendo assim, o fato de Esparta ter sido tomada como um ideal por parte das sociedades germânicas fez com que os valores espartanos fossem considerados por grupos intelectuais

⁵ Podemos citar como referência algumas obras da historiografia que, embora tenham apresentado como temática um estudo sobre a Hélade antiga, acabaram por associar os aspectos históricos da sociedade ateniense enquanto sinônimo do mundo grego na Antiguidade: “*Politics in the Ancient World*”, da autoria de Moses Finley (1983); “*The Oxford History of Classical World*”, organizada por John Boardman, Oswyn Murray e Jasper Griffin (1986); “*Público e Privado na Grécia do VIIIº ao IVº séc. a.C.*”, escrito pela Prof.^a Neyde Theml (1998).

franceses e ingleses como um elemento superado, cujas práticas não se equiparavam ao progresso de Atenas. Com isso, a Esparta que se encontra nos livros acadêmicos e didáticos de grande parte do século XX seria o reflexo dos embates político-militares do Ocidente.

Isso também demonstra que, embora a História – enquanto disciplina – se fundamente nos indícios do passado, a mesma se constrói com base nos interesses do presente. Do mesmo modo, podemos enfatizar que embora a pesquisa em Antiguidade, por vezes, se depare com empecilhos de naturezas variadas, as escolhas do pesquisador e o uso adequado de um arcabouço teórico-metodológico permite produzir um trabalho acadêmico que se diferencie das tendências historiográficas mais tradicionais. Por fim, ao relacionarmos o *discurso* de um autor com o contexto histórico em que o mesmo foi produzido, podemos ter acesso às possíveis motivações que este deteve ao construir as *representações* e as suas considerações acerca de um objeto. Logo, ao contextualizarmos as *representações* que a historiografia desenvolveu sobre a sociedade espartana temos a possibilidade de entendermos as intenções de seu *discurso*, e assim elaborarmos um trabalho diferenciado.

Referências Bibliográficas

Obra de Referência:

LOSEMANN, Volker. Sparta. In: LANDFESTER, Manfred. *Brill's New Pauly – Encyclopedia of the Ancient World*. Classical Tradition – Vol. V: Rus-Zor. Leiden: Brill, 2010.

Artigos e Obras:

ASSUMPÇÃO, Luis F. B. de. A Hélade no período clássico, entre o imperialismo ateniense e a hegemonia espartana – um estudo conceitual. In: *III Encontro Nacional de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo: novas*

perspectivas sobre as práticas imperialistas na Antiguidade, 2011, Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O senso prático*. Trad.: Maria Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CAMPOS, Carlos Eduardo da C. Repensando a história antiga: debates e questionamentos. In: BAKOS, Margaret M. & SILVEIRA, Eliana Á. (Org.). *Vida, cotidiano e morte: estudos sobre o oriente antigo e a Idade Média*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

CHRISTESEN, Paul. Treatment of Spartan Land Tenure in Eighteenth and Nineteenth-century France: from François Fénelon to Fustel de Coulanges. In: HODKINSON, Stephen; MACGREGOR MORRIS, Ian. *Sparta in modern thought*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012.

DETIENNE, Marcel. *Os Gregos e nós – uma antropologia comparada da Grécia antiga*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1987.

HARTOG, François. *O Século XIX e a história – o caso Fustel de Coulanges*. Trad. Roberto C. de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HODKINSON, Stephen. Was Classical Sparta a Military Society? In: HODKINSON, Stephen; POWELL, Anton. *Sparta and war*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2006.

_____. The Spartan Tradition in Germany, 1870-1945. In: MACGREGOR MORRIS, Ian; HODKINSON, Stephen (Ed.). *Sparta in modern thought: politics, history and culture*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012.

MACGREGOR MORRIS, Ian. The paradigm of democracy: Sparta in enlightenment thought. In: FIGUEIRA, Thomas (Ed.). *Spartan Society*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2004.

MURRAY, Oswyn. British Sparta in the age of philhellenism. In: BIRGALIAS, Nikos; BURASELIS, Kostas; CARTLEDGE, Paul. *The contribution of ancient Sparta to political thought and practice*. Athens: Alexandria Publications, 2002.

SILVA, Maria Aparecida de O. Cultura material e tradição literária. In: CHEVITARESE, Andre L.; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida de O. (Org.). *A tradição clássica e o Brasil*. Brasília: Fortium, 2008.

VLASSOPOULOS, Kostas. Sparta and Rome in early modern thought: a comparative approach. In: HODKINSON, Stephen; MACGREGOR MORRIS, Ian (Ed.). *Sparta in modern thought*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2012.